



## ORIENTAÇÃO N.º 158/2023

### COMUNICADO TCESP: NECESSIDADE DE FORMULAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

#### Orientação

Conforme disposto no art. 12, inciso VII da Lei Federal nº 14.133/21<sup>1</sup>, o Plano de Contratações Anuais – PCA, ou Plano Anual de Contratações - PAC, é uma peça de planejamento/organização das futuras licitações, projetando as contratações do próximo exercício. Trata-se de verdadeira faculdade trazida pela Nova Lei de Licitações e Contratos, não se tratando de imposição legal. Inclusive, a Lei Federal nº 14.133/21 apregoa em seu artigo 5º<sup>2</sup>, que o planejamento é um dos princípios que regem as compras públicas, é com esse espírito que o PCA ganha destaque.

O doutrinador Marcelo Palavéri<sup>3</sup>, conceitua que:

*“O plano então serve para planejar as contratações e as licitações que lhes antecederão. Projeta para o ano seguinte os certames e ajustes de forma organizada, pensada, dividindo-os por categorias, permitindo aferir e eleger prioridades, fixando um calendário para a suas realizações, ao mesmo tempo que indica elementos para a verificação de compatibilidade com o orçamento”.*

Embora seja facultativo, como tratado, em publicação recente [16/03/2023], no **Comunicado SDG nº 12/2023**<sup>4</sup>, o TCESP emitiu alerta para que o Plano de Contratações Anuais seja implantado e regulamentado: *“visando à eficiência, efetividade e eficácia das contratações públicas”*, ressaltando se tratar de *“valioso subsídio para a elaboração de suas peças orçamentária”*.

Desta forma, o ideal é que os municípios iniciem esse processo de incorporação do PCA, mesmo com a prorrogação do convívio dos regimes licitatórios, por meio da Medida Provisória nº 1.167, de 31 de março de 2023<sup>5</sup>, já que o plano elaborado no presente exercício retratará as contratações do próximo [2024], período em que o antigo

<sup>1</sup> Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

[...]

<sup>2</sup> Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942](#)

<sup>3</sup> PALAVERI, Marcelo. Nova lei de licitações e contratações públicas para municípios. Leme-SP: Mizuno, 2021. p.155.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/comunicado/plano-contratacoes-anual> Acesso em 03 de abril de 2023.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.167-de-31-de-marco-de-2023-474433706> Acesso em 03 de abril de 2023



regime licitatório [formado pela Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93] estará revogado.

Essa ferramenta, que poderá ter formato próprio em cada ente/órgão/poder, será um importante pilar na antecipação do planejamento, da organização e da análise de prioridades em todas as possíveis contratações de produtos/serviços dos diversos departamentos/pastas/divisões, permitindo juízo prévio das necessidades, unificando e racionalizando os objetos compatíveis, antevendo prazos para as contratações e disponibilização de recursos financeiros. Tudo isso sendo informado à sociedade e aos interessados nas futuras licitações, em forma de calendário, além de estar atrelado às peças orçamentárias.

O Plano Anual de Contratações poderá ser expedido por meio de decreto/resolução assinado(a) pela autoridade máxima do ente/órgão/poder, e deverá disponibilizado aos cidadãos no canal de comunicação oficial (site), além de ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

Anexo a presente Orientação Preventiva, segue modelo de regulamento.

### **Conclusão**

Apesar de não ser obrigatoriedade na Nova Lei, tendo em vista o **Comunicado SDG nº 12/2023**, do TCE/SP, e a utilidade do PCA no planejamento das compras públicas, orienta-se desde já, aos municípios e câmaras, que iniciem o processo de implantação e elaboração dos seus respectivos Planos de Contratações Anuais. Anexo, encaminha-se modelo de regulamento.

Adamantina/SP, 20 de abril de 2023.

**Leonardo Vieira de Souza**  
Consultor Responsável pela Elaboração

**Marcelo Carlos dos Santos**  
Sócio Diretor responsável pela revisão e aprovação



Anexo  
**DECRETO MUNICIPAL Nº [ . ]/2022.**

*“Regulamenta o Plano Anual de Contratações [PAC] de que trata o artigo 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e dá outras providências”*

[ . ], Prefeito do Município de [ . ], Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o enfoque dado pela Lei Federal nº 14.133/2021 na questão do Planejamento das Contratações Públicas;

CONSIDERANDO que o inciso VII do artigo 12, da Lei Federal nº 14.133/2021 faz referência ao plano anual de contratações [PAC], tendo por objetivo racionalizar as contratações dos órgãos e entidades ligados à esta Administração, garantindo o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias;

CONSIDERANDO a necessidade de sistematizar as contratações públicas municipais, de modo a evitar, em vários casos, contratações diretas sem licitação por falha ou ausência de planejamento de ações dos setores públicos municipais;

CONSIDERANDO que o PAC terá por finalidade auxiliar na elaboração das peças orçamentárias, evitando constantes alterações na legislação no decorrer do exercício para usar créditos adicionais, em decorrência de ausência de previsão para despesas possíveis de serem estimadas com antecedência;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica regulamentado no âmbito da Prefeitura Municipal de [ . ] o Plano Anual de Contratações [PAC], de que trata o inciso VII do artigo 12, da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

**Parágrafo único.** Fica facultado às demais entidades ou órgãos públicos municipais da Administração Pública Indireta a adoção das regras deste Decreto na organização de suas ações e futuras contratações.

**Art. 2º.** Até a primeira quinzena do mês de julho de cada exercício **[poderá ser estabelecido outro período]**, as secretarias municipais apresentarão os PACs, os quais conterão todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente, inclusive, as contratações diretas, nas hipóteses previstas nos artigos 74 e 75, da Lei nº 14.133/21.

**§1º** As secretarias municipais poderão optar por apresentar o seu PAC separada ou conjuntamente com as unidades administrativas ou setores públicos.

**§2º** O período de que trata o *caput* deste artigo compreenderá a elaboração, a consolidação e a aprovação do PAC pelas respectivas secretarias municipais.



**§3º** Ficam dispensadas de registro no PAC:

**I** – as informações classificadas como sigilosas, nos termos da Lei nº 12.527/2011, ou abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;

**II** – as hipóteses previstas nos incisos VII e VIII do artigo 75, da Lei nº 14.133/21; e

**III** – as pequenas compras e a prestação de serviços de pronto pagamento, de que trata o §2º do artigo 95, da Lei nº 14.133/21, ou definido em legislação municipal.

**Art. 3º** A elaboração do PAC tem como objetivos:

**I** - racionalizar as contratações dos setores municipais, por meio da promoção de contratações centralizadas e compartilhadas, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos processuais;

**II** - garantir o alinhamento com o planejamento estratégico, o plano diretor de logística sustentável e outros instrumentos de governança existentes;

**III** - subsidiar a elaboração das leis orçamentárias;

**IV** - evitar o fracionamento de despesas; e

**V** - sinalizar intenções ao mercado fornecedor, de forma a aumentar o diálogo potencial com o mercado e incrementar a competitividade.

**Art. 4º.** Para a elaboração do PAC, a secretaria requisitante preencherá o documento de formulação de demanda, conforme anexo I, deste Decreto, com as seguintes informações:

**I** - justificativa da necessidade da contratação;

**II** - descrição sucinta do objeto;

**III** - quantidade a ser contratada, quando couber, considerada a expectativa de consumo anual;

**IV** - estimativa preliminar do valor da contratação, por meio de procedimento simplificado, com apoio dos setores de licitações e de compras, se necessário;

**V** - indicação da data pretendida para a conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades administrativas;

**VI** - grau de prioridade da compra ou da contratação em baixo, médio ou alto, de acordo com a metodologia estabelecida pela secretaria;

**VII** - indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução, com vistas a determinar a sequência em que as contratações serão realizadas; e



**VIII** - nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável.

**Parágrafo único.** O documento de formalização de demanda poderá, se houver necessidade, ser remetido pela secretaria requisitante à área técnica para fins de análise, complementação das informações, compilação de demandas e padronização.

**Art. 5º.** Encerrado o prazo previsto no art. 2º, deste decreto, o setor de contratações consolidará as demandas encaminhadas pelas secretarias requisitantes ou pelas áreas técnicas e adotará as medidas necessárias para:

**I** - agregar, sempre que possível, os documentos de formalização de demanda com objetos de mesma natureza com vistas à racionalização de esforços de contratação e à economia de escala;

**II** - adequar e consolidar o PAC, observado o disposto no §2º do artigo 2º, deste Decreto; e

**III** - elaborar o calendário de contratação, por grau de prioridade da demanda, consideradas a data estimada para o início do processo de contratação e a disponibilidade orçamentária e financeira, conforme Anexo II, deste Decreto.

**§1º** O prazo para tramitação do processo de contratação ao setor de contratações constará do calendário de que trata o inciso III do *caput*, deste artigo.

**§2º** O processo de contratação de que trata o § 1º, quando for o caso, será acompanhado de estudo técnico preliminar, termo de referência, anteprojeto ou projeto básico, considerado o tempo necessário para realizar o procedimento ante a disponibilidade da força de trabalho na instrução do processo.

**§3º** O setor de contratações concluirá a consolidação do PAC até 15 de agosto do ano [poderá ser definida outra data] de sua elaboração e o encaminhará para aprovação da autoridade competente.

**Art. 6º.** Até 31 de agosto do ano [poderá ser definida outra data] de elaboração do PAC, a autoridade competente aprovará as contratações nele previstas.

**§1º** A autoridade competente poderá reprovatar itens do plano de contratações anual ou devolvê-lo ao setor de contratações, se necessário, para realizar adequações junto às secretarias requisitantes ou técnicas, observado o prazo previsto no *caput*.

**§2º** O PAC aprovado pela autoridade competente será disponibilizado automaticamente no sítio oficial eletrônico da Prefeitura Municipal de [ . ], conforme exigido no §1º do artigo 12, da Lei Federal nº 14.133/21.

**Art. 7º.** Durante o ano de sua elaboração, o PAC poderá ser revisado e alterado por meio de inclusão, exclusão ou redimensionamento de itens, nas seguintes hipóteses:



**I** - no período de 1º de outubro a 31 de dezembro do ano de elaboração do PAC, para a sua adequação à proposta orçamentária municipal encaminhada ao Poder Legislativo; e

**II** - na quinzena posterior à publicação da Lei Orçamentária Anual, para adequação do plano de contratações anual ao orçamento aprovado para aquele exercício.

**Parágrafo único.** Nas hipóteses deste artigo, as alterações no PAC serão aprovadas pela autoridade competente nos prazos previstos nos incisos I e II do *caput*, deste artigo.

**Art. 8º.** Durante o ano de sua execução, o PAC poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente.

**Parágrafo único.** O PAC atualizado e aprovado pela autoridade competente será disponibilizado automaticamente no sítio oficial eletrônico da Prefeitura Municipal de [ ], na forma prevista no §2º do artigo 6º, deste Decreto.

**Art. 9º.** O setor de contratações verificará se as demandas encaminhadas constam do PAC anteriormente à sua execução.

**Parágrafo único.** As demandas que não constarem do PAC ensejarão a sua revisão, caso justificadas, observado o disposto no art. 8º, deste Decreto.

**Art. 10.** As demandas constantes do PAC serão formalizadas em processo de contratação e encaminhadas ao setor de contratações com a antecedência necessária ao cumprimento da data pretendida de que trata o inciso V do *caput* do art. 4º, deste Decreto, acompanhadas de instrução processual, observado o disposto no § 1º do art. 5º, deste Decreto.

**Art. 11.** As secretarias deverão informar ao setor de contratações, com antecedência mínima de 30 [trinta] dias e de forma justificada, a desistência de contratação prevista no PAC.

**Parágrafo único.** Ao final do ano de vigência do PAC, as contratações planejadas e não realizadas serão justificadas quanto aos motivos de sua não execução, e, se permanecerem necessárias, serão incorporadas ao PAC referente ao ano subsequente.

**Art. 12.** Na hipótese de necessário contingenciamento de despesas para adequar a execução orçamentária do ano de execução do PAC, poderá ser exigido das secretarias a readequação da programação de suas contratações de grau de prioridade média ou baixa, ainda não efetivadas e previstas no calendário de que trata o inciso III do artigo 5º, deste Decreto.

**Art. 13.** O setor de contratações poderá, desde que devidamente justificado, dispensar a aplicação do disposto neste Decreto ao que for incompatível com a sua forma de atuação, observados os princípios gerais de licitação e a legislação pertinente.



**Art. 14.** O presente regulamento será aplicado para os procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133/21, sendo obrigatório a partir do exercício de 2023.

**Art. 15.** Para o exercício de 2022, poderão ser definidos prazos diferentes dos estabelecidos neste Decreto, a critério da autoridade competente.

**Art. 16.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeito Municipal

Secretaria de Finanças e Planejamento

Secretaria de Administração



**ANEXO I**  
**PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO [PAC]**

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA**

Art. 12, Inc. VII, da Lei nº 14.133/2021 e art. 3º, do Decreto Municipal nº [ . ]/2022

<b>1.</b>	<b>SECRETARIA/SETOR/DEPARTAMENTO</b>
1.1.	<i>Indicar a repartição requisitante</i>
<b>2.</b>	<b>OBJETO DA FUTURA CONTRATAÇÃO</b>
2.1.	<i>O setor requisitante deverá expor, de forma minuciosa, o que pretende contratar, se bem, serviço ou obra</i>
<b>3.</b>	<b>JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE</b>
3.1.	<i>Relacionar todas as finalidades, as dificuldades e benefícios que justificam a contratação</i>
<b>4.</b>	<b>DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO E A EXPECTATIVA DE CONSUMO ANUAL</b>
4.1.	<i>Indicar a quantidade, se possível, com a periodicidade, para se evitar estoques desnecessários e, por consequência, desperdícios com vencimento dos produtos, deterioração por longa estocagem ou por ação de agentes nocivos</i>
<b>5.</b>	<b>PRAZO DA CONTRATAÇÃO, FORMA DE PAGAMENTO E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO, DA ENTREGA OU DA REALIZAÇÃO</b>
5.1.	<i>O prazo da contratação será por [ . ] dias [ou meses], a contar da data da assinatura do instrumento contratual [ou da expedição da ordem de serviço ou da ordem de entrega, conforme o caso]</i>
5.2.	<i>O[a] Contratado[a] deverá [detalhar as obrigações do[a] futuro[a] contratado[a]]</i>
5.3.	<i>O valor contratado será pago em [ . ] parcelas iguais mensais, com início após decorridos [ . ] dias do início da execução dos serviços [ou em uma única parcela, conforme o caso].</i>
5.4.	<i>A entrega do produto [se for o caso] deverá ser feita no seguinte local: [descrever o local e horários de entrega].</i>



5.5.	No valor, o[a] contratado[a] deverá considerar todas as despesas que venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as tributárias e encargos sociais de seus colaboradores.
------	---

<b>6.</b>	<b>REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</b>
6.1.	O[a] Contratado[a] deverá comprovar ser do ramo da contratação
6.2.	O[a] Contratado[a] deverá comprovar sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, na forma da Lei  <i>A depender da natureza da contratação, deverá exigir que a empresa ou o profissional tenha registro em conselho regional</i>

<b>7.</b>	<b>ESTIMATIVA SIMPLIFICADA DE PREÇOS</b>
7.1.	Em estimativa preliminar do valor da contratação, definiu-se como parâmetro os seguintes patamares:  <i>Indicar os valores pesquisados, de forma simplificada, apenas como referência inicial</i>
7.2.	Para efeito deste item, foram utilizadas as seguintes fontes de pesquisas de preços:  <i>Indicar as fontes de pesquisa de preços</i>

<b>8.</b>	<b>INDICAÇÃO DA DATA PRETENDIDA PARA CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO</b>
8.1.	A entrega dos produtos <i>[ou da prestação dos serviços]</i> deverá ser realizada até 31 de dezembro de 2023 <i>[ou outra data]</i>  <i>Deve-se indicar a data pretendida para conclusão da contratação, a fim de não gerar prejuízos ou discontinuidades das atividades administrativas.</i>

<b>9.</b>	<b>GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO INDICADA</b>
9.1.	A contratação indicada no item 2, terá o seguinte grau de prioridade: [ ] Alta [necessária desde o início do exercício] [ ] Média [necessária a partir do terceiro mês do exercício] [ ] Baixa [necessária a partir do segundo semestre do exercício]
9.2.	A definição do grau de prioridade deve-se ao fato de <i>[indicar as razões da indicação do grau de prioridade]</i>
9.3.	A contratação deverá ser iniciada no mês de <i>[indicar o mês]</i> , para que o início



da execução contratual ocorra a partir do mês de [indicar o mês]

10.	OUTRAS CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES
10.1	<i>Indicar outras particularidades que deverão ser observadas para a efetivação da contratação pelo setor de licitações/compras, que possa influenciar na tomada de decisões.</i>

Secretaria Municipal de [ . ], [ . ] de [ . ] de 2022.

Responsável pelas Informações.

**ANEXO II****PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO [PAC]****CALENDÁRIO DE CONTRATAÇÃO**

Artigo 12, Inciso VII, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 4º, inciso. III, do Decreto Municipal nº [ . ]/2022

Mês	Relação das Contratações de acordo com o PAC	Setor/Depto Requirante	Grau de Prioridade	Dotação Orçamentária	Data Estimada Início da Contratação
Jan/23					
Fev/23					
Mar/23					
Abr/23					
Mai/23					
Jun/23					
Jul/23					



<b>Ago/23</b>					
<b>Set/23</b>					
<b>Out/23</b>					
<b>Nov/23</b>					
<b>Dez/23</b>					

Prefeitura Municipal de [ . ], [ . ] de janeiro de 2023.

Departamento de Licitações  
Secretaria Municipal de [ . ]

